

Vidas na pobreza importam, mas só até a contagem dos votos

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Há quatro décadas o volume de subsídios estatais aos pobres aumenta cerca de 22% nos ciclos eleitorais, constatou a FGV Social. Mas é por pouco tempo. Vidas na pobreza importam em ano eleitoral, mas só até a contagem dos votos. Tem sido assim nas últimas quatro décadas, mostra o núcleo da Fundação Getulio Vargas especializado em pesquisas sociais. Quem manda no voto é o bolso, principalmente nos períodos de crise. Governo e Congresso se acostumaram a usar programas sociais como canais de transferência de renda para a maioria empobrecida do eleitorado. Temporariamente. Por isso, nos ciclos eleitorais o volume de subsídios estatais aumenta cerca de 22%, constatou a FGV Social. Este ano não vai ser diferente dos últimos 40. Há 540 parlamentares disputando mandatos nos Estados em partidos cuja prioridade é a ampliação das bancadas, para sobreviver no Congresso a partir de 2023. Em campanha, têm sido confrontados por eleitores que se sentem empobrecidos e demonstram aflição com aumentos na conta de energia (144%), na gasolina (46%), no gás de cozinha (35%) e nos alimentos (28%). Desde outubro, governo e Congresso replicam com a resposta-padrão do aumento temporário de subsídios estatais. Encerraram 2021 estabelecendo uma renda mínima de R\$ 400 para 17 milhões de famílias no programa Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. Fixaram prazo de validade: até o fim da atual temporada eleitoral. Continua após publicidade Agora, encaminham a retirada de impostos sobre combustíveis, eletricidade, alguns serviços e produtos de consumo, vale-diesel (para caminhoneiros), vale-gás (para famílias com renda inferior a meio salário mínimo) e socorro financeiro às empresas de ônibus urbanos. Mudou o método, indica a FGV Social na pesquisa. Até 1994 lidava-se com a alta inflação lançando-se “planos de estabilização expansionistas”. Desde o Real a opção preferencial tem sido pelos programas de transferência direta de renda. Na essência, continua tudo igual. “O jogo é sempre o mesmo: entregar boas notícias antes das eleições, e a conta do desajuste depois”, observou Marcelo Neri, diretor da FGV Social, à revista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Acrescentou: “Agora, inovamos no oportunismo político, dando o ‘piso retrátil”. O mínimo de R\$ 400 por família no Auxílio Brasil em 2022, apenas, com a inflação alta que temos hoje, vai gerar empobrecimento já em janeiro de 2023.” – Marcelo Neri/ FVG Social/VEJA É provável que na próxima semana o Senado comece a votar subsídios mais amplos, com taxação das exportações de petróleo para financiar um “fundo de estabilização” dos preços internos e a retirada de tributos (incluindo ICMS) sobre gasolina, diesel e gás de cozinha. “Queremos reduzir os preços e conter eventuais altas, pois há muito impacto na sociedade brasileira e pressiona a inflação” — argumentou ontem o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Se é justificável na emergência econômica, agravada pelos efeitos de um biênio de crise sanitária, o novo pacote de paliativos apenas confirma a prevalência de indisposição no governo e no Congresso para negociar mudanças que resultem em melhoria efetiva na distribuição de renda. Haverá uma conta extra a ser paga depois das eleições, como tem sido recorrente nos últimas quatro décadas. Mas esse, claro, é um problema para o futuro governo e o próximo Congresso. Continua após publicidade Lula tem chance de vitória no 1º turno, e Bolsonaro pena com a inflação Congresso garante compensação fiscal a emissoras nas eleições A investida de Ciro sobre caciques do PSD que flertam com Lula Brasil Governo Bolsonaro cobra dívida de igreja evangélica – boa sorte Política Qual era a rejeição a Lula em anos de vitórias do petista Saúde Johnson & Johnson suspende produção de vacina da Janssen contra a Covid-19 Esporte Fifa publica em site que Palmeiras e Corinthians têm um Mundial cada Política Alexandre de Moraes fala grosso com Bolsonaro



